

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.576.576 - SP (2019/0265735-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN
ADVOGADO : JOSE ANTONIO BALIEIRO LIMA - SP103745
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por SOCIEDADE BENEF ISRAELITABRAS HOSPITAL ALBERT EINSTEIN, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial manejado em face de acórdão, assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA - IMUNIDADE - ARTIGOS 150, VI, 'C' E 195, § 7º. DA CONSTITUIÇÃO - ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - REQUISITOS LEGAIS.

1- Num primeiro momento, o Supremo Tribunal Federal determinou a imunidade constitucional, com relação às contribuições sociais, para as entidades de assistência beneficente que cumpram os requisitos dos artigos 9º e 14, do Código Tributário Nacional, e 55, da Lei Federal nº. 8.212/91: RE 636941, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 13/02/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-067 DIVULG 03-04-2014 PUBLIC 04- 04-2014.

2- Após, o Supremo definiu que apenas a lei complementar pode estabelecer limites materiais para a aplicação da imunidade tributária: RE 566622, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 23/02/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08- 2017.

3- No caso concreto, os requisitos legais para o gozo da imunidade não foram integralmente cumpridos.

4- Apelação desprovida" (fl. 391e).

Opostos Embargos Declaratórios (fls. 394/399e), restaram rejeitados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE
VÍCIO:INEXISTÊNCIA CARÁTER
INFRINGENTE:IMPOSSIBILIDADE -
PRÉ-QUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O Poder Judiciário, pela iniciativa das partes, está vinculado a decidir a lide, em regra, nos termos do pedido. Mas a decisão fica sujeita a qualquer fundamento jurídico.
2. Na solução da causa, a adoção de fundamento jurídico diverso do exposto pela parte não é omissão. É divergência de inteligência na solução da lide, circunstância desqualificadora da interposição de embargos de declaração.
3. A Constituição Federal não fez opção estilística, na imposição do requisito da fundamentação das decisões. Esta pode ser laudatória ou sucinta. Deve ser, tão-só, pertinente e suficiente.
4. Os requisitos previstos no artigo 535, do Código de Processo Civil de 1973, ou no artigo 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, devem ser observados nos embargos de declaração destinados ao pré-questionamento.
5. Embargos rejeitados" (fl. 417e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial interposto pelas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, que o acórdão recorrido violou os arts. 9º e 14, ambos do CTN, pelos seguintes fundamentos:

"Ademais, é preciso deixar bem claro que a Recorrente possui, há 50 anos, o Certificado de Entidade Filantrópica expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, o qual teve sua renovação deferida.

A expedição dos certificados é precedida de uma análise minuciosa quanto ao preenchimento, pelos solicitantes, dos requisitos estabelecidos por cada ente federativo, para que em sua esfera seja concedido um certificado, atestando a qualificação de filantropia.

Assim que, uma vez certificada essa condição, qualquer dúvida ou contestação mostra-se descabida, mesmo porque na ausência de qualquer um desses requisitos, esses certificados podem ser revogados pelos mesmos órgãos que inicialmente os atestaram.

Neste sentido, há precedentes no Supremo Tribunal Federal, como se observa no voto proferido pelo limo. Senhor Ministro Nelson Jobim em recente julgamento sobre a matéria:

'(...) e a filantropia é da competência do reconhecimento do órgão do Executivo -. portanto, averbada à condição de filantrópica pelo órgão do Executivo, cabe ao Tribunal não discutir essa matéria, mas aceitá-la como tal, salvo se há um lugar próprio para discutir isso.' - grifos nossos.

Também é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que a

Superior Tribunal de Justiça

apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é suficiente para comprovação do direito líquido e certo ao reconhecimento da imunidade pleiteada, à época em que foi impetrado o presente mandado de segurança.

Ademais, se apresenta necessária a observância da a Súmula 612 do STJ ao presente feito, que claramente determina: 'O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade' que corrobora todos os argumentos exaustivamente declinados pela recorrente neste feito.

(...)

Ou seja, a contrário senso, na via mandamental os certificados de filantropia preenchem o requisito da prova pré-constituída para quem pleiteia o reconhecimento da imunidade tributária em atenção á Súmula 612 do STJ.

Dessa forma, a análise da imunidade pleiteada restou demonstrada, posto que junto à inicial a Recorrente apresentou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (emitido pelo CNAS), bem como outros certificados emitidos por órgãos municipais, todos renovados e válidos, portanto foram cumpridos os requisitos da lei vigente, tal como indagado pelo E. Tribunal 'a quo'.

Ou seja, a afirmação de que os certificados da CNAS e CEBAS não seriam suficientes a comprovar a que todos os requisitos legais dos artigos 9º e 14 do CTN e art. 55 da Lei 8212/91, não há como prevalecer.

A propósito, também restou comprovado pela Recorrente, através de seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas e aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Mesmo porque, se assim não fizesse, não conseguiria a renovação anual de seus certificados.

Ou seja, com a apresentação dos Certificados o fato tornou-se incontroverso, apto a demonstrar a liquidez e certeza do direito pleiteado.

E, não se diga que a Recorrente pretende, com o presente recurso, rediscutir matéria fático-probatória. Pretende-se aqui comprovar, com respaldo de ampla jurisprudência, que os documentos apresentados são suficientes a preencher os requisitos da imunidade tributária e, consequentemente, demonstram o direito líquido e certo, viabilizando a via do mandado de segurança, não havendo que se questionar ou

Superior Tribunal de Justiça

requisitar qualquer outro documento tal como entendimento do E. Tribunal 'a quo' que afirma que não houve o preenchimento integral dos requisitos legais para gozo da imunidade.

De igual forma, o cumprimento do inciso II, do artigo 14 do CTN, também se comprovou pois, nos termos do inciso VI, do artigo 3º do Decreto 2536/98, faz jus ao Certificado a entidade que aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Assim que, uma vez certificada essa condição, qualquer dúvida ou contestação mostra-se descabida, mesmo porque na ausência de qualquer um desses requisitos, esses certificados podem ser revogados pelos mesmos órgãos que inicialmente os atestaram.

Assim, verificamos que o CNAS, por exemplo, para emitir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, traz as mesmas exigências contidas no artigo 14 do CTN, além de outras suplementares.

A função precípua dos certificados é atestar que a Recorrente cumpre os requisitos constitucionais e legais exigidos à declaração, no caso concreto a manutenção, de entidade filantrópica. Requisitos estes, como vimos, até mais abrangentes dos dispostos no artigo 14 do CTN (lei competente a regulamentar as limitações ao poder de tributar).

Nota-se que restou firmando o reconhecimento de que os requisitos exigidos para a emissão dos Certificados - CEBAS, são mais rígidos que os requisitos trazidos pelos dispositivos constitucionais e que estão vinculados às legislações infraconstitucionais específicas.

O artigo 14 do CTN dispõe como requisitos: I) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e; III) manter as escrituras de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Por fim, cabe consignar a recentíssima Súmula editada por esta E. Corte de nº 612 que prevê: 'O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade' que corrobora todos os argumentos exaustivamente declinados pela recorrente neste feito.

Dessa forma, não há que se falar em não comprovação do

preenchimento dos requisitos do art. 14 do CTN, bem como ressalta-se que a recorrente pleiteia o não recolhimento de tributo por ser pessoa imune e comprova nos autos a importação de mercadorias, verifica-se, se há ameaça de direito, justo receito, além da existência da necessária manutenção de seu direito líquido e certo à imunidade.

DA VALIDADE DOS CERTIFICADOS DA RECORRENTE

Importante ressaltar que o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CNAS, como é de conhecimento, nos termos da Lei 8.742/93 (na redação antes da Lei 12.101/09), eram renovados de três em três anos.

Portanto, restou claramente demonstrado que a função precípua dos certificados é declarar, de forma incontestada, que a entidade que os possui é considerada entidade beneficente de assistência social reconhecida pelo órgão executivo, a simples apresentação de tais documentos torna-se suficiente para esta ser considerada entidade imune, repisando, assim, ser equivocado o entendimento do E. Tribunal 'a quo' ao afirmar que a recorrente deveria comprovar que atende os necessitados e carentes.

Por fim, cabe esclarecer que o artigo 55 da Lei 8212/91 foi revogado pela Lei 12.101/2009. Contudo, a afirmação de que a recorrente não cumpriu os ditames da lei, tal como exarado no acórdão recorrido, não deve prevalecer, pois a recorrente também juntou à inicial o Certificado de Utilidade Pública Federal, o qual não seria expedido se a recorrente não tivesse cumprido todos os requisitos para sua obtenção nos termos exatos da legislação vigente à época da importação dos bens.

Pelo exposto, estando válida todas as certificações que a recorrente possui há que ser reconhecida sua imunidade tributária para que não seja compelida ao pagamento dos tributos incidentes sobre as mercadorias que importou" (fls. 427/432e).

Por fim, requer "seja o presente admitido, conhecido e provido, para o fim de ser reformado 'in totum' o v. acórdão guerreado, determinando o retorno dos autos ao Juízo Singular, a fim de que seja apreciado o mérito do 'writ'" (fl. 442e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 558/561e), o Recurso Especial foi inadmitido, na origem (fls. 570/575e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 580/601e). Contraminuta a fls. 615/619e.

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, verifica-se que os dispositivos legais indicados como violados carecem de comando normativo apto a sustentar a tese recursal de que o certificado de

entidade beneficente de assistência social (CEBAS) seria suficiente para comprovar o cumprimento dos requisitos legais para gozo da imunidade tributária, razão pela qual tem aplicação, por analogia, a Súmula 284/STF.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCLUSÕES DO TRIBUNAL DE ORIGEM ACERCA DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. **DISPOSITIVO APONTADO VIOLADO DO QUAL NÃO SE EXTRAÍ A TESE SUSTENTADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 284 DO STF.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Quanto à contrariedade ao artigo 21 do CPC/1973, é impossível a rediscussão da distribuição dos ônus sucumbenciais com o objetivo de redimensionar os honorários advocatícios arbitrados na origem. Incidência da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

2. **Dos dispositivos tidos como violados não se extrai a tese recursal, o que faz incidir a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal (fundamentação deficiente).**

3. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.039.960/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador Federal Convocado do TRF da 5ª Região), QUARTA TURMA, DJe de 14/05/2018).

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NO **DISPOSITIVO INDICADO. SÚMULA N. 284/STF.** RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - **Incide o óbice do enunciado n. 284 da Súmula do STF quando os dispositivos indicados como violados não contêm comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade dos fundamentos do acórdão regional recorrido.**

II - Ressalte-se, ainda, que a decisão proferida pela Corte de origem está em consonância com decisão recente do Supremo Tribunal Federal, Tema n. 772, no sentido de que a conversão de tempo especial em comum na função de magistério só é possível até o advento da Emenda Constitucional n. 18/81.

Superior Tribunal de Justiça

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.675.309/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

Por outro lado, ao que se tem, o acórdão recorrido expressamente afirmou que os requisitos legais para o gozo da imunidade não foram integralmente cumpridos, consoante fundamentação a seguir:

"Os requisitos legais, no caso concreto:

- Vedação à distribuição de patrimônio e receitas (artigo 14, inciso I): há vedação expressa no estatuto social (artigo 34, parágrafo primeiro - fl. 52)., - Aplicação de recursos nos fins institucionais, no País (artigo 14, inciso II): há previsão estatutária de aplicação da receita nos objetivos institucionais (artigo 34, parágrafo primeiro, fl. 52). Contudo, não há determinação de que seja aplicada no país.

- Escrituração de receitas em livros (artigo 14, incisa III): o estatuto prevê a elaboração de demonstrações financeiras, com observância das normas brasileiras de contabilidade (artigo 34, fl. 52).

No caso concreto, os requisitos legais para o gozo da imunidade não foram integralmente cumpridos" (fl. 390e).

Desse modo, não há como rever a conclusão da Corte de origem por demandar a incursão na seara probatória dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. ENTENDIMENTO DA CORTE A QUO, COM BASE EM DOCUMENTOS E PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Ausência de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. Não houve o prequestionamento da matéria relativa aos arts. 156, IV e 173 do CTN, ou seja, sobre eles não se manifestou o Tribunal de origem, de modo que não consta no acórdão recorrido menção a

respeito de sua disciplina normativa. O prequestionamento, como requisito de admissibilidade para a abertura da instância especial, é admitido não só na forma explícita, mas também implícita, o que não dispensa, nos dois casos, o debate acerca da matéria controvertida, e tal não ocorreu. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. A Corte de origem, a partir do exame do conjunto probatório dos autos, concluiu que a recorrente não cumpriu os requisitos legais para o reconhecimento da imunidade tributária pretendida. Assim, rever tal juízo de fato é medida inviável em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

5. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.642.688/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe de 06/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES. REVISÃO DO ENTENDIMENTO DA CORTE DE ORIGEM. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Impõe-se anotar que a tese referente a eventual alteração promovida pela Lei 12.868/2013 sequer merece ser conhecida pelo órgão julgador, isto porque tal questão caracteriza indevida inovação recursal, não oportunamente suscitada quando da interposição do recurso especial, tendo-se operado a preclusão consumativa a esse respeito. Precedente: AgRg no REsp 1105061/ES, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11/11/2013.

2. É entendimento assente nesta Corte Superior que a aferição do preenchimento dos requisitos legais para a concessão da imunidade tributária implica em revolvimento do arcabouço de fatos e de provas dos autos, o que não se admite em recurso especial, de acordo com o óbice da Súmula 7/STJ, circunstância esta que impede, ainda, o conhecimento da insurgência pelo dissídio jurisprudencial em que se baseia o apelo nobre.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 297.365/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/11/2014).

Por fim, quanto ao Recurso Especial, interposto pela alínea c, também não merece prosperar a irresignação, pois incide o mesmo óbice sumular.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. RELAÇÃO DE FIRMAS E PESSOAS IMPEDIDAS DE OPERAR COM SISTEMA FINANCEIRO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

1. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo acerca da inclusão dos agravantes no RPI (relação de firmas e pessoas impedidas de operar com o SFH) esbarra no óbice da súmula 7/STJ, porquanto demanda reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, soberanamente delineados pelas instâncias ordinárias.

2. **A análise da divergência jurisprudencial quando trata da mesma matéria do Recurso Especial pela alínea 'a', cuja análise é obstada pela aplicação da Súmula 7 desta Corte, incide no mesmo óbice, ficando por isso prejudicada. Precedente: AgRg no AREsp 69.665/RO, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, Dje 16.2.2012.**

3. Agravamento Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 317.052/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2013).

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravamento para não conhecer do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora